

Da possibilidade ou impossibilidade do homem ser ético segundo Thomas Hobbes

ENSAIO

*Rosivânia Soares Haddad Brandão; Marilene Curado Albernaz;
Jefferson Bruno Pereira Ribeiro; Jonathan Rosa Moreira*

Resumo: Este ensaio apresenta as linhas mestras do legado de Thomas Hobbes. O teórico político inglês não foi o primeiro pensador moderno que viu o homem nascendo com direitos e não com deveres. O artigo dá atenção especial às eventuais relações entre o estado de natureza do homem e seus desejos e paixões. Sendo assim, o objetivo deste ensaio visa investigar se há possibilidade ou não do homem ser ético, possuindo em sua natureza humana o mais puro egoísmo, e para demonstrar isto, será abordada a concepção de natureza humana à luz de Thomas Hobbes.

Palavras-chave: Estado de natureza; Hobbes; Natureza humana.

Contextualização Histórico-Filosófica

Thomas Hobbes (1588-1679) nasceu na Inglaterra, no dia 5 de abril de 1588. Foi uma época em que a Inglaterra era dominada pelos Tudors e sofria o perigo da invasão da esquadra espanhola. Era filho de um vigário, e teve sua tutela confiada a um tio. Estudou em Malmesbury e Westport, entrando mais tarde para Oxford, cuja educação era de teor aristotélico e tomista. Mas Hobbes não admirava a filosofia de Aristóteles. Foi mais influenciado pelas ideias do mecanicismo do universo e pelo cartesianismo, comum entre os intelectuais da época. Conheceu o astrônomo Galileu, cuja ideia ajudou na tentativa de desenvolver uma filosofia social.

No período em que viveu, a Inglaterra vivia a aurora de seu império, era época da revolução gloriosa, no século XVI, e a marinha inglesa começava a se fortalecer na conquista dos mares.

Thomas Hobbes era defensor da monarquia. Por isso, viajou à Paris na eminência da guerra civil inglesa, tornando-se professor de matemática do futuro rei inglês Carlos II. Voltando à Inglaterra, depois da guerra, publicou o seu livro mais famoso, "Leviatã", em 1651.

Mas as ideias de Hobbes não foram bem aceitas na época, principalmente por ser considerado ateu. Seus livros foram queimados em Oxford e suas ideias ateístas foram mal vistas pela Royal Society.

No livro "Leviatã", Hobbes defendia a tese do homem que, por viver num estado de natureza onde todos estariam preocupados com os seus próprios interesses, seria necessária a existência de um governante forte para apaziguar os conflitos humanos. A guerra de todos contra todos só seria evitada através do contrato social.

Hobbes defendia que a igreja cristã deveria ser administrada pelo monarca, que também poderia fazer a livre interpretação da bíblia, embora não concordasse com os preceitos da reforma protestante nesse sentido.

Thomas Hobbes morreu no dia 4 de dezembro de 1679, com 91 anos, depois de ter escrito, já na velhice, a tradução da "Ilíada" e da "Odisseia" para a língua inglesa.

Pensamento Político-filosófico Hobbesiano

O pensamento hobbesiano refere-se a noção de estado natural nas teorias contratualistas de cunho puramente político-filosófico e deve ser compreendido como um dos lados da dicotomia ordem/desordem sociopolítica.

O estado de natureza representa um estado não político, constituído por indivíduos singulares não associados, em que todos são livres e iguais em relação aos outros. Liberdade e Igualdade são características marcantes do homem no estado natural hobbesiano.

Segundo Hobbes, o estado de natureza fornece os elementos que justificam a necessidade do 'contrato' como instrumento de transição na passagem do estado natural para o estado civil.

É importante lembrar que ao reportar ao estado de natureza do homem, Hobbes tem como objetivo mostrar de que maneira os homens, impelidos por suas paixões, comportam-se quando não estão submetidos a um poder político comum, denominado Estado, do que afirmar a efetiva existência de um período histórico. Infelizmente alguns intérpretes realizam uma concepção equivocada do estado de natureza, entendendo-o literalmente como um dado momento histórico da humanidade. Portanto, o argumento-chave para entender o papel do estado de natureza é de ordem teórica.

Para o filósofo inglês iluminista, empirista e racionalista Thomas Hobbes, o homem, embora vivendo em sociedade, não possui o instinto natural de sociabilidade, pois é da natureza humana ser egoísta. Além do mais, faz parte da sua natureza humana o desejo de possuir poder e mais poder, que segundo Hobbes, só termina com a morte.

Com certeza, é baseado nessa convicção que Hobbes se opõe a afirmação clássica oriunda de Aristóteles, segunda a qual o homem, graças à natureza, é um agente político determinado por um instinto gregário que o levaria naturalmente a conviver com o seu semelhante, chegando a classificá-lo como animal político (*zoon Politikon*).

Para Hobbes, uma teoria de Estado baseada sobre a ótica aristotélica de homem está fadada ao fracasso, portanto, para entendermos seu postulado, é necessário abandonar a ideia tradicional aristotélica de homem, que segundo Hobbes não está de acordo com a realidade.

Para Hobbes o homem só se torna apto para a vida social graças ao seu instinto de sobrevivência, ou seja, quando a preservação da vida está ameaçada, assim, a sociabilidade humana não é natural, mas política. Hobbes apresenta um argumento contrário a definição do *zoon politikon*:

“trata-se de um erro resultante de uma análise muito superficial da natureza humana, pois ao analisarmos mais acuradamente as razões que levam os homens a se congregarem em sociedade e a se deleitarem na companhia uns dos outros, descobriremos facilmente que isso não ocorre necessariamente, mas sim por causalidade”.

Em outras palavras, entre a noção aristotélica e a concepção hobbessiana da natureza humana, apresentamos um impasse teórico que pode ser formulado da seguinte maneira: pode o homem ser ético, possuindo em sua natureza a hostilidade, a perversidade e o egoísmo?

Estado de Natureza Hobbesiano

Para Hobbes o homem natural vive um estado de natureza anterior ao ingresso na coletividade política do Estado. São dominados pelas paixões naturais, prevalecendo na sua essência a conduta puramente instintiva e animal, em que cada homem encara seu semelhante como um concorrente que precisa ser dominado.

Sendo assim, o homem busca decidir a qualquer custo a questão do “meu” e do “teu”, não havendo qualquer ponderação ou apreciação normativa, ou seja, a cobiça natural não conhece limites naturais.

Na sua concepção de natureza humana é primordial também entendermos seu conceito de *Conatus*, que é a força genética do comportamento. É um impulso original ou “começo interno” do movimento animal para se aproximar do que lhe causa satisfação ou para fugir do que lhe desagrada. É este *conatus* que impulsiona o homem a vencer sempre, provocando a “guerra de todos contra todos”. Além do *conatus*, governa o homem também o instinto de conservação. É este que leva ao desejo da paz. O instinto de conservação é a abertura para a violência e ao mesmo tempo, para a paz. Por isso, o conceito de *conatus* e conservação são peças fundamentais na filosofia de Hobbes.

O temor, que segundo Hobbes, era um enibidor da ação humana, já não é mais fator preponderante para garantir a segurança do outro. Vivemos no que Hobbes denominava de “estado de guerra”, em que os homens se aproximam pela cobiça recíproca e pelo peso relativo de forças de cada um. São por esses motivos, que Hobbes afirma que o “homem é lobo do próprio homem” – *Homo homini lupus*.

Nesse sentido, Norberto Bobbio, 1991, observa: “o que Hobbes que dizer, falando da “guerra de todos contra todos” é que sempre onde existirem condições do estado de natureza, há uma situação onde todos encontram-se reciprocamente em guerra com todos”. Sendo assim, os homens são levados à discórdia por três causas: a competição, a desconfiança e a glória. Portanto, a pergunta é inevitável; é possível educar a natureza humana? Esta convicção rousseauísta, que afirma que o homem nasce naturalmente bom, e é a partir do seu ingresso à sociedade que se torna ruim, “*o homem num estado de isolamento sempre permanece o mesmo; só vivendo em sociedade ele progride*”, tal afirmação não é plausível, pois se assim fosse, não necessitaríamos de mecanismos para “freiar” a ação do homem. Se o homem já nascesse bom, não haveria necessidade alguma de se criar leis para puni-lo. Já que as leis não

são deduzidas de um instinto natural, nem de um consentimento universal, mas da razão que procura os meios de conservação do homem; elas são imutáveis por constituírem conclusões tiradas do raciocínio.

Ora, levando em consideração a afirmação de Rousseau, é a sociedade que corrompe o homem, então é o indivíduo que corrompe o próprio indivíduo, pois o que é a sociedade senão um nome abstrato para designar o “conjunto” formado por indivíduos? Ora, ninguém aponta um homem na rua e diz: olha a sociedade ali! Mas sim, olha aquele homem ali. Portanto, os homens são sempre iguais, em virtude de uma natureza comum; iguais principalmente nos defeitos. Os homens são perversos, ambiciosos e imediatistas, violentos e cruéis; são capazes de por em prática suas idéias perversas sempre que lhes apresente a ocasião de fazer.

Os homens só agem bem por necessidade, são incapazes de praticar o bem sem que vise o próprio interesse; agem por puro egoísmo, visando sua própria glória. Os homens são medíocres, tanto na bondade quanto na maldade, pois são incapazes de exercitar bondade ou maldade absoluta.

Sendo assim, a noção do bem não é a priori; não nascemos com conceitos prontos, nos ensinam que devemos ser honestos, agir com dignidade e devemos respeito ao próximo.

Ética x Moral

No contexto filosófico, ética e moral têm diferentes significados. Os termos possuem origem etimológica distinta. A palavra “ética” vem do Grego “*ethos*” que significa “modo de ser” ou “caráter”. Já a palavra “moral” tem origem no termo latino “*morales*” que significa “relativo aos costumes”, ou seja, ética é um conjunto de conhecimentos extraídos da investigação do comportamento humano ao tentar explicar as regras morais de forma racional, fundamentada, científica e teórica. É uma reflexão sobre a moral; enquanto moral é o conjunto de regras aplicadas no cotidiano e usadas continuamente por cada cidadão. Essas regras orientam cada indivíduo, norteando as suas ações e os seus julgamentos sobre o que é moral ou imoral, certo ou errado, bom ou mau.

No sentido prático, a finalidade da ética e da moral é muito semelhante. São ambas responsáveis por construir as bases que vão guiar a conduta do homem, determinando o seu caráter, altruísmo e virtudes, e por ensinar a melhor forma de agir e de se comportar em sociedade.

A forma de agir em sociedade determina o comportamento do indivíduo como ético ou antiético. Ser ético ou ter um comportamento ético refere-se a um modo exemplar de viver baseado em valores morais. É o comportamento definido socialmente como bom. Deve-se ter em conta que cada sociedade possui suas próprias regras morais resultantes da própria cultura. Um comportamento antiético resulta da falta de ética ou de uma transgressão das normas definidas em um código ético.

A vontade obedece à razão, segundo o racionalismo clássico. Porém, para Hobbes, é apenas apetite. Um determinismo mecanicista rege não só os movimentos do universo como também a atividade psicológica do homem. O livre arbítrio não passaria de ilusão: seria apenas

uma expressão destinada a ocultar a ignorância das verdadeiras causas das decisões humanas. Porém, qualquer que seja seu fundamento, a contenção interna implica uma ética.

Hobbes recusa os pressupostos mais elementares de uma visão genuína da moral. Ocorre que ele não abandona a ideia de que a razão é fonte de normas morais. A lei de natureza é “um preceito ou regra geral, estabelecido pela razão, mediante o qual se proíbe a um homem fazer tudo aquilo o que possa destruir a sua vida ou privá-lo dos meios necessários para preservar” (Hobbes, 2003, XVI, p. 112) e também é lei moral.

A lei de natureza é moral na medida em que se ensina virtudes, as quais são: justiça, equidade, modéstia e piedade. E é ao definir a virtude como o meio mais adequado para a paz, que por sua vez é o meio mais adequado à preservação de si e à realização do próprio bem; desse modo, Hobbes parece simpatizar com a uma visão prudencial da moral. É o que sugere, por exemplo, a síntese das leis de natureza no preceito “*não faça aos outros o que não gostaria que fizessem a si*”; assim sendo, é preciso evitar a ingratidão, os insultos, o orgulho, enfim, tudo o que prejudique a concórdia .

Todavia, as leis não são deduzidas por Hobbes de um instinto natural, nem de um consentimento universal, mas da razão que procura os meios de conservação do homem; elas seriam imutáveis por constituírem conclusões tiradas do raciocínio. Tal postulado faz de Hobbes um pioneiro do Utilitarismo, porque justificava a obediência moral como meio para uma “vida social, pacífica e confortável”.

A razão, segundo Hobbes, impõe restrições a sua conduta humana, exigindo que o homem trate o outro com imparcialidade e equidade. O princípio do benefício próprio tem uma efetivação muitas vezes contrária à realização do bem do indivíduo, isso porque os homens acabam germinando a hostilidade ao invés da sociabilidade, cabendo à razão indicar ao homens o caminho certo, o caminho da paz e colocando restrições ao egoísmo. Desse modo, a razão tem a função de restringir o comportamento auto-interessado como objetivo de promover o bem individual, portanto, a moralidade derivará da racionalidade.

Mas o que desencadeia a natureza má do homem? Com certeza é a constante insatisfação dos homens devida a distância entre o que desejam e o que logram realizar. Em verdade, a natureza constitui o homem de tal sorte que pode desejar tudo, mas não pode conseguir tudo, de modo que, sendo sempre maior o desejo do que a capacidade de conseguir, é que o homem vai em busca de alcançar a todo custo seus objetivos, não importando o outro; esse outro é visto de duas maneiras: como ameaça ou como degrau para alcançar o que se deseja.

Existem comportamentos humanos classificados sob a ótica do certo e errado, do bem e do mal, do permitido e o proibido, que definem a nossa realidade. A ética está relacionada à opção, ao desejo de realizar a vida, mantendo com os outros relações justas e aceitáveis.

Na vida, temos tendências de conduzir nossas ações de forma quase instintiva, às vezes automáticas, seguimos normas a serem cumpridas, por terem sido aceitas intimamente. Como vimos, essas “normas” chamamos de valores morais e a palavra moral tem sua origem no latim: “*mos*”, “*mores*”, que significa “costumes”, então usamos a expressão “bons costumes”, como sendo sinônimo de moralidade. Portanto, a moral pode ser entendida como

um conjunto das práticas cristalizadas pelos costumes e convenções histórico-sociais, são códigos culturais que nos obrigam e ao mesmo tempo nos protegem.

Sendo assim, a moral tem um forte caráter social, estando apoiada na tríade: cultura, história e natureza humana. Dessa forma, a moral quase sempre está ligada a um código cultural ou religioso, enquanto a ética é universal. Desde a inversão que a Filosofia sofreu a partir de Sócrates, mudando o foco da *physis* para o homem, uma grande gama de filósofos tentou chegar a uma definição mais próxima do que é o homem. Filósofos como Descartes que definiu o homem como apenas uma coisa que pensa, um intelecto ou uma razão; Aristóteles definiu como sendo um ser racional e considerava a atividade racional, o ato de pensar como a essência da natureza humana, como ele mesmo afirma: *o que próprio de cada coisa é, por natureza, o que há de melhor e de aprazível para ela (...) para o homem a vida conforme a razão é a melhor e a mais aprazível, já que a razão, mais que qualquer outra coisa, é o homem.*

Portanto, quando nos perguntamos se o homem possui uma natureza, ou, uma essência, é o mesmo que perguntarmos o que é o homem. Sob a visão de Thomas Hobbes, o homem é uma máquina natural submetida a estrito encadeamento de causas e efeitos, o qual envolve apetites e aversões. Seus desejos têm objetos distintos, variam de intensidade, e são sujeitos a mudanças. Sendo assim, podemos afirmar que o que define a essência do homem é a faculdade da razão e nela está imbuída a maldade.

Mas o que é o mal? O que é a racionalidade? Bem, o mal não é considerado uma realidade ou irreabilidade, mas objeto negativo. O mal é um desvalor, objeto de um juízo negativo de valor, e implica, portanto, referência à regra ou norma na qual se fundamenta o juízo de valor. Por exemplo: um terremoto é um mal quando destrói vidas humanas ou fontes de subsistência e bem-estar humano, mas não é um mal quando não provoca esse tipo de destruição, pois nesse caso não contraria o desejo ou a exigência humana de sobrevivência.

Partindo deste pressuposto, podemos afirmar que o homem não vê no outro o limite da sua ação, ou seja, é um indivíduo totalmente destituído de moralidade e que o conceito de bem e mal, devem-se ser entendidos como ser o bem aquilo que satisfaz os apetites de glória, dinheiro e poder; e mal, o que conteria os apetites e geraria aversões.

Sócrates e Platão, já cogitavam que se trabalhassem o indivíduo primeiro ao invés da sociedade, o resultado seria melhor, ou seja, se o indivíduo deixasse de ser tão individualista e passasse a pensar na coletividade, teríamos uma sociedade saudável e harmônica.

Portanto, se o homem que se diz tão “racional” deixasse de ser levado pelas paixões, instintos, tradições e hábitos e procurasse conhecer a si mesmo, de forma que seus atos fossem determinados pela razão, não seríamos algozes de nós mesmos.

Esse projeto Socrático é uma utopia se levarmos em consideração que o que vivemos hoje não é mais uma razão prática, voltada exclusivamente para o Bem. Segundo Sócrates, o homem praticava o mal por ignorância, ou seja, na busca do Bem às vezes praticava o mal.

Esse conceito de razão clássica perdeu seu caráter moral a partir da modernidade; a razão é vista hoje como razão instrumental ou “técnico-científica, que significa que a racionalidade

humana está voltada apenas a serviço da exploração, dominação, opressão e violência. Portanto, a razão é utilizada como “instrumento” para resolução de problemas, destituída de valores morais. Mesmo o homem sabendo que o ato de matar o seu semelhante não é um ato moral, mesmo assim pratica esse mal, já que com este ato ele pensa resolver o seu problema.

Considerações Finais

Do ponto de vista filosófico, a conclusão em que chegamos é que mesmo o homem sendo “*lobo do próprio homem*”, mesmo que sua natureza egoísta e perversa o impedem de agirem desinteressadamente e que a máxima hobbesiana: “*não faça aos outros o que não gostaria que fizessem a si*”, e mesmo não sendo o suficiente para que o homem deixe de ser algoz de si mesmo, ainda assim há possibilidade do mesmo ser ético.

Segundo Hobbes, é possível deduzir as normas morais por meio do uso do reto da razão, ou seja, os preceitos morais serão usados a partir do cálculo da razão, pois segundo Hobbes a moralidade deriva da mesma. Desse modo, a moralidade seria definida como moralidade prudencial e não genuína. Todavia, a razão oferece normas para a construção e manutenção da paz, normas que se configuram como leis morais na medida em que, impondo restrições ao comportamento egoísta, regem como devemos nos comportar em relação aos outros.

Contudo, dependendo da situação o homem pode praticar ações morais, caso seja de seu interesse ou até mesmo em prol do instinto de sobrevivência e preservação da própria espécie, como o autor mesmo afirma: “*não procuramos companhia naturalmente e só por si mesma, mas para dela recebermos alguma honra ou proveito*” (HOBBS,1998), afirmação que contraria a teoria da sociabilidade e o amor natural. No entanto, não há como negar que nos dias de hoje, vivemos as três causas básicas da discórdia enunciadas por Hobbes. Quem poderá dizer, que uma sociedade como a nossa não favorece a competição? O que vemos hoje são pessoas fazendo cursos para evoluírem tanto intelectualmente quanto para ocuparem cargos melhores, fazendo de seu semelhante um concorrente. Basta observarmos a relação de trabalho entre os homens, cada um deseja ocupar o melhor cargo, visando não só o financeiro, mas também o status. E por isso, cada um é visto como ameaça para realização de seus objetivos.

Quem poderá dizer que não vivemos a desconfiança? Pois quem no mundo de hoje, não vive com medo, e medo de quem senão de seu próprio semelhante? Vivemos numa total insegurança; há perigo em toda parte, desconfiamos da própria sombra.

E quanto a terceira causa da discórdia que a glória? Toda ação humana só visa um bem, o dele próprio. Se observarmos bem os políticos veremos que o que está por trás do discurso de cada um não o bem geral como pregam, mas estão visando apenas o seu bem particular, estão em busca de glória, dinheiro, influência política e status.

Por conseguinte, o que vemos hoje é que mesmo estando submetidos a um poder político, digo Estado Político, já constituído e mesmo regidos por diversas leis, sejam elas morais ou legais, o homem contemporâneo comete verdadeiras barbáries com seu semelhante. Na realidade o número de assaltos, sequestros, latrocínios, jacinas e agora, se não bastasse, assassinatos em massa, têm crescido absurdamente.

A verdade é que as “leis morais” não são leis propriamente ditas, mas conclusões obtidas mediante o uso correto da razão acerca do que devemos fazer e de que modo devemos tratar nosso semelhante se queremos nos preservar.

Referências

BOBBIO, N. *Thomas Hobbes*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, Forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo, 1984. 419 páginas. Editora Abril Cultural. Coleção Os Pensadores.